



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Cristiane Soares Diniz Nérís

**QUESTÃO AMBIENTAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO
SOCIAL: UMA INTERVENÇÃO JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE DO
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATINGUEIRA EM
CAMPINA GRANDE/PB**

CAMPINA GRANDE
2011

Cristiane Soares Diniz N ris

**QUESTÃO AMBIENTAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO
SOCIAL: UMA INTERVEN O JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE DO
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATINGUEIRA EM
CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito para obten o do grau de
bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Adriana Freire Pereira F rriz

CAMPINA GRANDE
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial de Serviço Social Luiza Erundina– UEPB

N446q Néris, Cristiane Soares Diniz.
Questão ambiental enquanto expressão da questão social [manuscrito] : uma intervenção junto ao Projovem Adolescente do Centro de Referência da Assistência Social – Catingueira em Campina Grande/PB / Cristiane Soares Diniz Néris. – 2011.
57 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Meio Ambiente. 2. Assistência Social. 3. Projovem Adolescente. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 372.357

Cristiane Soares Diniz Nériz

**QUESTÃO AMBIENTAL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO
SOCIAL: UMA INTERVENÇÃO JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE DO
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CATINGUEIRA EM
CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito para obtenção do grau de
bacharela em Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Fériz

Prof^ª. Ma. Adriana Freire Pereira Fériz - UEPB
Orientadora

Cleônia Maria Mendes de Souza

Prof^ª Ma. Cleônia Maria Mendes de Souza - UEPB
Examinadora

Sueleide Nóbrega Gadelha

Assist. Social Sueleide Nóbrega Gadelha
Examinadora

À minha mãe, meu pai e meu irmão. Que me apoiaram com imenso amor e carinho durante a minha trajetória, sempre torcendo muito por mim e dando-me forças para não desanimar em momento algum.

Amo muito vocês!

AGRADECIMENTOS

*Quero, inicialmente, agradecer ao meu grande inspirador, Aquele que me deu força durante toda a minha caminhada e com certeza guiará também os meus próximos passos: **O Senhor Deus.***

Aos meus amados pais,

Por terem caminhado comigo até aqui e por serem o meu grande exemplo de vida, caráter, honestidade e amor.

Ao meu querido irmão,

Por ter estado ao meu lado sempre, de modo carinhoso e companheiro.

À minha avozinha linda,

Por me fazer presente continuamente em suas orações.

A minha querida tia Margarida e seu esposo, o meu grande tio Mamedes, que infelizmente não está mais entre nós, mas, terá sempre a minha gratidão e admiração. *Muito obrigada pelo incentivo e torcida constantes.*

Aos amigos inesquecíveis Joel, Gilmar, Alessandro, Cláudio e Jordânia,

Pelo grande apoio sem o qual eu não estaria aqui hoje.

Ao meu eterno namorado,

Por todo o carinho, atenção, paciência, incentivo e amor que sempre demonstrou. Amor, muito obrigada, te amo muito!

À toda equipe do Centro de Referência da Assistência Social,

Que sempre nos acolheu com carinho e muito zelo.

À querida Sueleide,

Pela preocupação de sempre, pelos valiosos momentos de ensinamento tanto em âmbito profissional, quanto para a vida.

A todos os jovens do Projovem Adolescente da tarde,

Vocês são os elementos fundamentais para a concretização desse trabalho.

Às minhas colegas tanto de sala, quanto de estágio,

Pela imensa amizade e companheirismo de sempre!

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para mais essa vitória em minha vida,

A minha eterna gratidão! Vocês estarão sempre em meu coração. Amo vocês!

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados da atividade interventiva junto ao grupo do Projovem Adolescente vivenciada no estágio curricular em Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social situado no bairro da Catingueira em Campina Grande/PB. O objetivo principal foi realizar um trabalho sócio-educativo acerca da temática meio ambiente com os adolescentes participantes do Programa Projovem Adolescentes do Centro de Referência da Assistência Social. A escolha do tema foi motivada pela constatação da situação de despreocupação por parte de muitos usuários com o meio ambiente, bem como com a aproximação com os jovens do Projovem Adolescente. O interesse em discutir a temática do meio ambiente surgiu tanto pela sua importância como pela sua repercussão nos dias atuais, principalmente, para a formação de uma consciência cidadã dos jovens que estão sendo preparados para a inserção no mercado de trabalho. O tema foi trabalhado por meio de oficinas sócio-educativas com o objetivo de abordar a temática de modo que os jovens pudessem aproximá-la ao máximo da sua realidade e perceber suas atitudes e das pessoas do seu convívio com relação ao meio ambiente. Portanto, se faz necessário a construção de uma ponte entre a assistência social e o tema meio ambiente na busca da compreensão da relevância deste dentro da prática cotidiana dos assistentes sociais, bem como na intervenção dos mesmos no âmbito social.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Assistência Social. Projovem Adolescente.

ABSTRACT

The paper presents the results of activity by the interventional group Projovem experienced in the curricular Adolescent Social Work at the Center for Reference Social Assistance of Catingueira situated in the Campina Grande/PB. The main objective was to conduct a socio-educational work on the theme of environment with the adolescents participating in the program Projovem Adolescents Reference Center for Social Welfare. The choice of topic was motivated by the situation of carelessness on the part of many users with the environment, as well as the approach with the young Projovem Adolescents. The interest in discussing the topic of environment came as much for its importance by its impact on today, especially for the formation of a civic awareness of young people who are being prepared for insertion into the labor market. The theme was working through social and educational workshops aimed at addressing the issue so that young people could bring it to the most of your reality and realize their attitudes and their association with people in relation to the environment. Therefore, it is necessary to build a bridge between social and environmental issue in the quest to understand the relevance of this in the daily practice of social workers, as well as in the same intervention in the social sphere.⁷

Keywords: Environment. Social Welfare. Projovem Adolescents.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Sexo	42
Tabela 02 -	Quantidade de jovens usuários do Programa Bolsa Família ..	43
Tabela 03 -	Quantidade de jovens que afirmaram ter o PBF como única renda	43
Tabela 04 -	Inscritos no Programa	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CATAMAIS	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAB	Sociedade Amigos do Bairro
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONCESSÃO LEGAL DOS DIREITOS	12
2.1	A ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	13
2.2	O MARCO LEGAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	17
2.3	O SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA E O PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE	21
3	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES	26
3.1	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA E PARA A ATENÇÃO BÁSICA	28
3.2	LIMITES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: AS IMPOSIÇÕES DO CAPITALISMO	31
3.3	A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A DISCUSSÃO DO MEIO AMBIENTE	35
4	UMA INTERVENÇÃO JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATINGUEIRA EM CAMPINA GRANDE/PB	38
4.1	O BAIRRO DA CATINGUEIRA E O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	39
4.2	PERFIL DOS ADOLESCENTES	42
4.3	RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE	44
5	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	50
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema meio ambiente vem ganhando cada vez mais visibilidade tanto nos meios de comunicação quanto no âmbito acadêmico. Isso por que são perceptíveis os impactos destrutivos das ações humanas com relação ao meio ambiente, fazendo com que tal discussão seja imprescindível para a própria manutenção da vida no planeta. O ser humano vem percebendo, paulatinamente, a importância de discutir formas de enfrentamento a essas práticas humanas impensadas e egoístas que perduram na nossa sociedade.

Embora seja um assunto ao qual deve ser dada muita atenção, é notória a falta de aproximação mais efetiva dessas discussões com a parcela da sociedade que reside nas áreas mais periféricas das cidades. Percebemos que o tratamento a esse tema ocorre de forma muito incipiente e sem a continuidade necessária à mudança de comportamento com relação ao meio ambiente, bem como à criação de novos hábitos de respeito à natureza.

Nesse sentido, considerando a relevância desse debate, foi elaborado o projeto de intervenção, que deu origem ao presente trabalho, desenvolvido no período correspondente ao estágio supervisionado em Serviço Social, de março de 2010 a junho de 2011, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) situado no bairro da Catingueira em Campina Grande/PB.

O objetivo maior do referido projeto foi realizar um trabalho sócio-educativo com um dos grupos existentes no âmbito do CRAS, tendo em vista a existência dos grupos de idosos, de mulheres, e em anos anteriores, de crianças e de homens. Dentre os referidos grupos surgiu o interesse em desenvolver uma atividade interventiva com os adolescentes participantes do Projovem Adolescente do turno da tarde. A preferência por esse grupo foi motivada pelo contato constante que tivemos com o grupo nos dias de estágio, mas, principalmente, por percebermos que a adolescência é uma fase de constantes mudanças e descobertas.

Surgiu a preocupação de inserir o tema meio ambiente de forma dinâmica e clara. O tema foi escolhido por já existir uma aproximação e interesse de minha parte pelo mesmo, o que foi compartilhado com coordenadora do campo de estágio, a qual afirmou a preocupação de tratar o tema de alguma forma naquele espaço.

Desse modo, o tema meio ambiente foi escolhido por mim em conjunto com a supervisora do campo com a proposta de trazer a discussão o mais próximo possível da realidade vivenciada pelos jovens do grupo. Para tanto, foram elaboradas oficinas temáticas aplicadas no sentido de construção conjunta de conhecimento e não só de um mero repasse de informações.

Para a efetivação das propostas existentes no decorrer do projeto foi necessário o engajamento de todos os atores sociais envolvidos no processo, no sentido de contribuir para que tudo ocorresse de forma satisfatória. Para tanto lançamos mão de mecanismos viabilizadores da operacionalização do mesmo, a saber, seis oficinas sobre a temática meio ambiente incluindo debates com os jovens do CRAS, buscando viabilizar alguma das muitas respostas dadas às dificuldades enfrentadas pelo meio ambiente na atualidade; dinâmicas de grupo que viabilizem uma maior inter-relação desses jovens com o meio ambiente; estudo de temas atuais e relevantes concernentes ao que se pretende trabalhar com os jovens.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em três partes: a primeira traz uma rápida trajetória da política de assistência social no Brasil, dando ênfase as mudanças ocorridas a partir da Constituição Federal (CF) de 1988. A segunda trata da educação ambiental e sua relação com o Serviço Social e a terceira caracteriza o campo de estágio e analisa a nossa prática interventiva junto ao grupo de adolescentes vinculados ao Programa Projovem Adolescente do CRAS – Catingueira em Campina Grande/PB.

2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONCESSÃO LEGAL DOS DIREITOS

Nenhum poder humano consegue
forçar o impenetrável reduto
da liberdade de um coração.

François Fénelon

Nesta parte serão abordados alguns aspectos da política social no Brasil obedecendo à ordem cronológica dos fatos ocorridos antes e depois da Constituição Federal de 1988, o marco legal da política da assistência no país e uma breve explanação do serviço de proteção básica nos dias atuais.

Analisando a partir de uma visão neoliberal, a política social é comumente utilizada como forma de amenizar os impactos destrutivos do capitalismo, bem como para promover a aceitação de tudo que ele impõe à grande parcela da sociedade. Em outras palavras, as políticas sociais se tornam necessárias no trato à questão social, esta, fruto da relação capital/trabalho comum em sociedades capitalistas. Nesse sentido, as políticas sociais vão surgir no âmbito do capitalismo monopolista e vão demandar a criação de profissões práticas, dentre elas o Serviço Social.

Antes de situar a política de assistência, faz-se necessário considerar aspectos relevantes da política social no Brasil, aqui, tratados a partir da década de 20 do século XX, tendo em vista que desde a Proclamação da República (1889) já se contava com resquícios de uma legislação social, embora de forma muito tímida, seletiva, desorganizada e assistencialista. Vale salientar que algumas dessas características perduraram até a Constituição de 1988.

Entre outros acontecimentos de suma relevância ocorridos no período de 1920 a 1988, aqueles que tiveram mais destaque, no âmbito da política social, foram a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões¹ (CAPs), dos Institutos de Aposentadorias e Pensões² (IAPs), a aprovação do Código de Menores³, além da

¹ Segundo Behring e Boschetti (2009a; 2009b), as Caixas de Aposentadoria e Pensão foram instituídas através da lei Eloy Chaves no início da década de 20. Estas eram direcionadas à categorias estratégicas de trabalhadores como ferroviários, marítimos e outros ligados à indústria cafeeira que predominava na época como base da economia nacional.

² Com a Crise de 29 e a chamada Revolução de 30, ocorreu um abalo na economia brasileira, na indústria do café, o que diversificou o sistema econômico. Tal situação abriu espaço para a criação dos IAPs, os Institutos de Aposentadoria e Pensão, que junto das CAPs formou a base da

criação dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde Pública, os quais serviram para que inúmeras ramificações fossem criadas em anos posteriores, principalmente, no período pré-constitucional.

Na década de 40 do século XX as ações voltadas à assistência se encontravam nas mãos do governo federal por meio da Legião Brasileira de Assistência⁴ (LBA), criada em 1942 e coordenada pela primeira-dama na época, Darci Vargas. Tal instituição era perpassada, desde a sua gênese, pelo caráter assistencialista, seletivo e clientelista, os quais só foram alterados com a Constituição Federal de 1988, as características supracitadas eram peculiares ao chamado primeiro-damismo.

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

No governo de José Sarney (1986-1990), o Brasil enfrentou uma situação de crise que abalou a economia do país ocasionando o aumento dos níveis inflacionários e foram aplicadas algumas medidas “fracassadas” para tentar estabilizar a economia. É fácil concluir que uma crise econômica rebata em todo o funcionamento normal do país, trazendo à tona a adoção de medidas emergenciais que tem como consequências principais, o corte de gastos — basicamente com o social — o aumento do desemprego, logo, da pobreza, e entre outras coisas, a elevação das taxas de inflação.

De acordo com a análise de Behring e Boschetti (2009a; 2009b), o cenário do governo de Sarney embora exprimisse preocupação com a área social, lançou o conhecido Programa do Leite, embasado no discurso da ampliação do acesso aos recursos alimentícios, o que na verdade foi uma iniciativa que veio reafirmar o cunho

previdência social no Brasil. Estes possuíam caráter contributivo. O primeiro IAP fundado foi o dos funcionários públicos em 1926.

³ Em 1927, foi aprovado o Código de Menores, o qual tinha uma natureza estritamente punitiva pautada na coerção e maus-tratos aos jovens pobres e delinquentes. Tal ideia foi abolida apenas em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁴ A Legião Brasileira de Assistência, instituição criada em 1942, tinha o objetivo de atender às famílias dos Soldados da Força Expedicionária Brasileira, os pracinhas, envolvidos na Segunda Guerra. Era coordenada pela Sra. Darci Vargas, primeira-dama na época. Essa instituição era permeada pelo forte caráter clientelista, assistencialista, o que perdurou até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

assistencialista das políticas sociais da época. O referido programa reforçou o clientelismo, característico desse governo, e nada do que foi discutido durante o mandato para melhorias nas áreas de educação, saúde, previdência e assistência social, foi colocado em prática. Contudo, essas discussões contribuíram para dar o tom da Seguridade Social nos debates que desencadearam na CF/88.

Logo, a importância das três políticas contempladas pela Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) e o próprio conceito de Seguridade foram inseridos no processo de elaboração da nova Constituição Federal, um dos motivos pelos quais, esta é vista como inovadora. A partir dessa novidade ocorreu a ampliação dos direitos sociais básicos garantidos legalmente no novo cenário sociopolítico que se construía no país, o qual só foi possível devido às reivindicações de inúmeras entidades movidas pelos princípios da universalização dos direitos e da democracia.

Vale salientar que ao tratar de Seguridade Social, todos os direitos a ela atrelados têm a devida atenção formando um conjunto de ações articuladas por parte dos governos, bem como, da própria sociedade civil com o intuito de promover o acesso aos direitos, como disposto no próprio texto constitucional, no seu artigo 194.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2011a, p. 53).

Por tratar de assuntos relevantes e fundamentais, entre eles a assistência, de forma extensa, detalhada e com significativas modificações, o texto constitucional de 1988 coloca-se como inovador e o mais democrático da história do país, tendo em vista que as constituições anteriores tratavam a assistência de forma superficial ou eram totalmente omissos quanto ao tema.

Dois anos após a promulgação da CF/88, o Brasil passa por um novo processo eleitoral, do qual saiu vitorioso Fernando Collor, cujo mandato — embora curto — foi a “porta de entrada” para a ideologia neoliberal no país. Desse modo, a realidade vivenciada a partir dos anos 1990 vem negar ou dificultar a operacionalização das diretrizes estabelecidas na Carta Constitucional recém-aprovada, principalmente, no que se refere às políticas sociais. Tal situação se concretizou nas ações de Fernando Henrique Cardoso, primeiro enquanto Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, posteriormente, enquanto presidente eleito por dois mandatos consecutivos.⁵

Pode-se afirmar que as palavras de ordem desse governo foram privatização e solidariedade. A primeira, caracterizando suas ações enquanto presidente, com a justificativa de controlar e expandir a economia brasileira. E a segunda, pela forte incitação à solidariedade da sociedade civil.

Dada a sua condição de subalternidade, o Brasil passa a sofrer as consequências desse “afastamento” do Estado das suas competências. Fato que alguns autores como Sitcovsky (2010) chamam de “Estado coordenador” ou “gerente”. Com isso, ocorre o agravamento dos problemas sociais, logo, o empobrecimento da população, o que é nítido nas palavras de Sposati (apud SOUZA FILHO, 2007, p. 95)

Do ponto de vista da política social, o padrão neoliberal tem como características a subordinação do social a uma política econômica monetarista e ortodoxa, pautada pela estabilização monetária, abertura comercial e privatização. No campo próprio da política social, esse padrão se expressa através de uma política de desresponsabilização do Estado no trato das expressões da “questão social”, através das ações focalizadas, fragmentadas e privatizadas, depositando a maior parte da responsabilidade, para o sucesso das ações, na própria sociedade, apelando, assim, para a solidariedade social.

E o que acontece com a assistência social?

Nesse contexto a política de assistência ganha visibilidade e se expande, mas, de forma distorcida, tendo em vista que esta passa a ser protagonista do sistema de transferência de renda, ou seja, a via de acesso aos “benefícios eventuais”. O que é contraditório, pois, o que seria como o próprio nome diz um

⁵ Primeiro mandato de 1994 a 1998; segundo mandato de 1998 a 2002.

“benefício eventual”, passa a ser uma renda fixa ou até mesmo a única fonte de renda de inúmeras famílias brasileiras. Os mais comuns deles são o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Bolsa Família (PBF), e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Todo esse processo tem continuidade no governo Lula e o famoso Programa Bolsa Família é visto como o carro-chefe de várias campanhas eleitorais no país. Fato preocupante devido esses programas terem visibilidade maior do que propostas de melhorias na educação e, principalmente, na qualificação para o trabalho, por exemplo.

Dessa forma, percebemos que estes métodos de transferência de renda nada mais são do que formas encontradas para tornar o usuário da política de assistência social mais um consumidor que movimenta a economia do país, ou seja, que dê sustentação e continuidade ao próprio capital. É a chamada “falsa inclusão” daqueles que se encontram “excluídos” do sistema de acesso aos bens duráveis e serviços.

Assim, do ponto de vista neoliberal é mais lucrativo, no sentido literal da palavra, ter programas que transfiram renda e gerem consumo imediato, do que esperar que este indivíduo se qualifique e tente se inserir no mercado de trabalho, para enfim se tornar consumidor.

Neste cenário, a assistência social tem um papel central imposto por esta conjuntura de apenas viabilizar este acesso, desarticulando e descaracterizando o desempenho que lhe é peculiar enquanto política. Este aspecto é criticado por Pereira (1996, p. 69) quando afirma que, mesmo após a Constituição Federal de 1988, a assistência social continuou sendo

Uma política de cunho distributivo, que capta e realoca recursos sem ameaçar o ‘*status quo*’ dos que estão no ápice da pirâmide social, ao contrário do que procederia uma política redistributiva da renda e da riqueza concentradas nas mãos de uma minoria.

Embora a Constituição de 1988 tenha sido crucial para que a assistência social fosse vista enquanto direito assegurado por lei, é perceptível mesmo após duas décadas de sua promulgação, alguns aspectos comuns em períodos anteriores a CF como a seletividade, indícios de filantropia, assistencialismo e clientelismo, bem como, as atuais políticas compensatórias e imediatistas, que em meio à conjuntura vivenciada correm sérios riscos de não serem superadas.

2.20 MARCO LEGAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Após a inserção da assistência no tripé da Seguridade Social, garantida pela Carta Constitucional, o país observa através das reivindicações de atores sociais organizados, a aprovação (depois de ter sua primeira versão vetada em 1990) da Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assim percebemos que esta é fruto de embates políticos onde os assistentes sociais foram de grande importância. Ela tem a função de regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal⁶, que tratam da assistência, dos seus princípios, diretrizes e sua organização enquanto política da Seguridade, ou como afirma Morgado (2007, p. 27):

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, aprovada em 1993, visa romper com o assistencialismo apresentado como favor e a assistência como um conjunto de ações caritativas. A LOAS constituiu-se, assim, em importante marco legal, definido parâmetros de ação na garantia de direitos.

⁶ Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 2011a, p. 56).

A referida Lei estabelece a Assistência Social enquanto direito de todo e qualquer cidadão que dela necessitar abrangendo conceitos de proteção social que vão desde a maternidade, a família, a infância, a adolescência até a velhice e as pessoas com deficiência. Além disso, a LOAS estimula a convivência familiar e comunitária e trata de projetos, benefícios, programas e serviços voltados ao público usuário prezando pela igualdade, universalização, dignidade sem discriminação tendo em vista o enfrentamento da pobreza que nem sempre é de cunho econômico, como pontua Martins (apud MORGADO, 2007, p. 29) ao dizer que “[...] a pobreza não é somente uma categoria econômica é também uma categoria política e se expressa na carência de direitos, de possibilidades, de esperança – pobreza de direitos.”

A LOAS determina de forma ordenada as competências dos órgãos públicos gestores e financiadores da Política de Assistência Social. Acerca dos primeiros, ela institui no caput do seu artigo 6º que

As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organização de assistência social abrangidas por esta Lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área (BRASIL, 2007, p. 10)

É válido citar que as entidades citadas são na maioria os Conselhos de Assistência Social ocorridos nas três instâncias, os quais objetivam a participação popular. No que tange aos órgãos financiadores, a LOAS esclarece no 28º artigo que

O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social – (FNAS) (BRASIL, 2007, p. 27).

Ao iniciar o último dos seis capítulos, a LOAS afirma no caput do artigo 31º, o respaldo jurídico do Ministério Público enquanto órgão que deverá zelar pelo respeito ao que foi instituído pela Lei nº 8.742/93. A partir desta lei específica, outras voltadas à assistência foram desenvolvidas reafirmando ainda mais a função de

extrema relevância da assistência enquanto política pública, direito social e integrante da Seguridade.

Vale citar a IV Conferência Nacional de Assistentes Sociais, realizada em dezembro de 2003 através da qual foram deliberadas várias leis, inclusive a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, cujas diretrizes são apontadas por Morgado (2007, p.31), a saber, a “descentralização político-administrativa, participação da população, primazia da responsabilidade do Estado na condução da PNAS e centralidade da família.” A última, traz consigo um peso maior quando comparado ao texto da LOAS. Logo, nota-se que apesar de a PNAS ter preservado as diretrizes e os princípios contidos na LOAS, alguns temas importantes foram aprofundados deixando claras as novas dimensões da Política de Assistência no Brasil.

Tomando o eixo familiar como parâmetro principal de elaboração das políticas assistenciais, o acesso recíproco entre política e usuário tem maior agilidade e eficiência, tendo em vista que a própria PNAS estabelece a necessidade de uma análise das relações sociais em âmbito micro e macro, e neste caso (da centralidade familiar) busca-se estimular uma convivência saudável em nível de família e desta com a comunidade na qual está inserida a partir da aproximação da Política de Assistência com a realidade desses indivíduos, como a própria PNAS dispõe,

A situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem (BRASIL, 2005, p. 15).

Além dos princípios, diretrizes, objetivos, entre outros itens essenciais ao bom desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil, são incorporados ao texto da PNAS, a descrição (em todos os sentidos) dos Serviços de Proteção Social que são oferecidos aos que dela necessitarem. Esta se divide em dois níveis, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, que por sua vez subdivide-se em Média e Alta Complexidades⁷.

⁷ Os Serviços de Proteção Social previstos na PNAS subdividem-se em: Proteção Social Básica, destinada a parcela da população que se encontra em estado de vulnerabilidade social. Seu objetivo principal é estimular o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para tanto, se utiliza de instrumentos específicos como o oferecimento de serviços que

Os níveis de Proteção Social são ativados de acordo com a gravidade dos casos demandados aos quais serão dados os tratamentos cabíveis através dos profissionais responsáveis pelo referido atendimento. É de suma relevância frisar que as instituições que oferecem os serviços acima descritos são integrantes de uma rede sócio-assistencial, logo, trabalham em articulação com outros componentes desta rede, a exemplo dos Conselhos Tutelares, Ministério Público, Delegacia da Mulher, entre outros, ou seja, o Sistema de Garantia de Direitos.

Por meio destes e de outros serviços, além dos programas, benefícios e projetos previstos na PNAS, esta possibilita o conhecimento e acesso aos direitos sociais fundamentais à vida em sociedade, o que (re)afirma a importância da Política de Assistência para a sociedade como um todo, frente à ideologia neoliberal em vigor.

Um ano após a aprovação da PNAS, especificamente, no dia 24 de fevereiro de 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, cumprindo a Resolução nº. 27 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) apresenta a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) para aprovação.

A referida Norma foi elaborada no intuito de propiciar a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país, articulando os âmbitos federal, estaduais e municipais por meio de um pacto federativo, sendo decisiva para a efetivação da política e oferecimento dos serviços de modo satisfatório, a adoção de um regime e gestão própria para a Assistência Social.

Seguindo os princípios previstos na LOAS e na PNAS, o SUAS, nas palavras de Morgado (2007, p. 30) constitui-se em um sistema integrado, descentralizado e participativo, compreendendo os serviços sócio-assistenciais de órgãos públicos e

viabilizam o acesso aos direitos básicos de sobrevivência e conta com a atuação de uma equipe multiprofissional que atua nos CRAS; e Proteção Social Especial, voltada aos usuários e famílias que passam por uma situação de violação de direitos e de risco pessoal e social derivados da exclusão social, que desencadeia no abandono, abuso sexual, violência física e psicológica, situação de rua, trabalho infantil e outros. É destinada a indivíduos de todas as faixas etárias. Este se subdivide em Proteção de Social de Média Complexidade, quando o indivíduo mesmo em situação de direito violado ou risco social ainda estabelece um vínculo com a família e a comunidade, logo, o trabalho ocorre a nível grupal, familiar. Enquanto que na Alta Complexidade o usuário se utiliza de uma proteção integral que abrange alimentação, moradia, higienização e trabalho para pessoas q se encontram sem referência ou sob algum tipo de ameaça havendo a necessidade de ser retirada do convívio familiar e comunitário devendo utilizar, por exemplo, Casas de Passagem ou Albergues passando por um acompanhamento individual. Tais atendimentos e acompanhamentos são oferecidos nos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

entidades não-governamentais, tendo a família como foco de atenção e o território como base da organização.

Neste sentido, o SUAS tem como eixos estruturantes de gestão:

- a) Precedência da gestão pública da política;
- b) Alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c) Matricialidade sociofamiliar;
- d) Territorialização;
- e) Descentralização político-administrativa;
- f) Financiamento partilhado entre os entes federados;
- g) Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h) Valorização da presença do controle social;
- i) Participação popular/cidadão usuário;
- j) Qualificação de recursos humanos;
- k) Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

Pautada nestes eixos, a NOB/SUAS estabeleceu os parâmetros que viabilizam o desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil detalhando as competências dos órgãos federativos quanto à organização e financiamento desta política.

2.3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO BÁSICA E O PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE

De acordo com o que preconizam as Leis que regem a Assistência Social brasileira, a Proteção Social Básica tem por objetivos, atender à população fragilizada devido a situação de vulnerabilidade social em que se encontram; prevenção de risco social através do estímulo das potencialidades visando a autonomia e o protagonismo dos sujeitos sociais; fortalecimento dos vínculos afetivos, familiares e comunitários, entre outros.

A instituição responsável por executar este nível de proteção é o Centro de Referência da Assistência Social, o qual dispõe da oferta de vários serviços que buscam atender aos objetivos citados, sua localização é exclusiva em áreas que

apresentam índice de vulnerabilidade social. Cada CRAS possui uma área de atuação pré-determinada e dependendo do porte do município onde está situado, cada unidade tem uma quantidade de famílias referenciadas como presume a Brasil (2005), conforme os critérios:

- a) Pequeno Porte I — mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
- b) Pequeno Porte II — mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
- c) Médio Porte — mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- d) Grande Porte — mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- e) Metrôpoles — mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço oferecido, tendo em vista a tão citada centralidade familiar. Além deste, existe o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (de 0 a 6 anos, de 7 a 15 anos – o PETI – e de 16 a 18 anos – o Projovem Adolescente) e o Serviço em domicílio para indivíduos com alguma deficiência e idosos. Tais serviços são efetivados por meio das atividades desenvolvidas nos CRAS, entre elas, a formação de grupos específicos (mulheres, idosos, crianças e adolescentes) com reuniões sócio-educativas; acompanhamento familiar; campanhas sócio-educativas e atividades comunitárias na área de abrangência em parceria com outras instituições. Essas atividades são desenvolvidas depois de ser estabelecido o primeiro contato com o usuário por meio da acolhida ou busca-ativa.

Os instrumentos essenciais no atendimento aos usuários são: escuta, orientação, encaminhamentos, visitas domiciliares, cadastro sócio-econômico das famílias residentes na área de abrangência do CRAS, relatórios e estudo social.

No que tange aos recursos humanos, os CRAS contam com uma equipe técnica formada por assistentes sociais e psicólogos — dois assistentes sociais para um psicólogo — e a equipe de apoio constituída por vigias e auxiliares de serviços gerais. Vale ressaltar que o trabalho desenvolvido no CRAS ocorre em parceria com os demais integrantes da rede sócio-assistencial da qual este faz parte.

Apesar do detalhamento cuidadoso com que é tratada a Política de Assistência, especificamente, o Serviço de Proteção Social Básica, nas leis citadas no decorrer desta discussão, é notória a dificuldade na efetivação das competências dos CRAS, e isso ocorre devido a inúmeros fatores, dentre os quais estão os espaços físicos em situação precária, falta de recursos materiais e financeiros, excesso de funções para poucos profissionais, má remuneração, etc.

Morgado (2007, p. 37) aponta tais dificuldades para o “desempenho do CRAS na construção e consolidação de uma rede de proteção que transcenda o campo da assistência”. E ainda acrescenta que

É importante destacar alguns limites para a realização dessa diretriz: o número reduzido de profissionais localizados no CRAS em face do número de famílias a serem atendidas, o vínculo precário de trabalho, baixos salários, a ausência de equipamentos básicos como computadores, impressoras e fax, bem como o acesso à rede informatizada, aliado à necessidade de realização e acompanhamento de programas no âmbito do CRAS (MORGADO, 2007, p. 37).

Fosse diferente, não estaríamos em uma sociedade capitalista, posto que, as mudanças extremas no mundo do trabalho geram, principalmente, esta precariedade nas condições de trabalho. Neste caso, quem tem a desvantagem é o público usuário da assistência, pois conta com um atendimento, muitas vezes, ineficiente, o que dificulta o acesso aos direitos sociais “garantidos” por lei.

Dessa forma, o que deveria ser melhoria da qualidade de vida alcançada através do acesso aos direitos básicos, passa a ser aumento de poder de compra por meio dos programas de transferência de renda que dão a ilusória sensação de pertencimento via consumo. Lembrando que este é mais um dos serviços alcançados pelos usuários com o intermédio da proteção básica. Tal discussão expressa a enorme disparidade entre o que está posto na lei e o que acontece na prática cotidiana das instituições voltadas a oferta da Política de Assistência, configurando a situação de descaso a que esta política está submetida, embora tenha passado pelo tão inovador processo de inserção no tripé da Seguridade Social brasileira.

Existe um programa do governo federal, o Projovem, que está direcionado à juventude no sentido de preparação para o mercado de trabalho. Vale salientar que existem várias edições do Projovem, entre eles os mais conhecidos são o Projovem Urbano (ligado à educação), Projovem Campo (ligado às universidades públicas) e o Projovem Adolescente, que está intimamente ligado ao serviço de assistência social oferecido na atenção básica, o qual será detalhado a seguir. O Projovem Adolescente é coordenado pelo MDS, o qual afirma

O Projovem Adolescente é um serviço do governo federal que visa atender aos jovens com idade entre 15 e 17 anos, estimulando o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, bem como o retorno e permanência desses adolescentes à escola. Para tanto, são realizadas atividades que proporcionem a convivência social e a participação cidadã tendo em vista uma formação geral para mercado de trabalho. Para ter acesso ao serviço, o jovem deve pertencer a uma família beneficiária do Bolsa Família, podendo estender-se aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do Suas ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2011b).

Os jovens são organizados em grupos, denominados coletivos, compostos por no mínimo 15 e no máximo 30 jovens. Cada coletivo é acompanhado por um orientador social e supervisionado por um profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social, também encarregado de atender as famílias dos jovens, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. No que se refere ao conteúdo repassado a esses jovens o MDS preconiza,

O Projovem deve também possibilitar o desenvolvimento de habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital, de modo a orientar o jovem para a escolha profissional consciente, prevenindo a sua inserção precoce no mercado de trabalho. A metodologia prevê a abordagem de temas que perpassam os eixos estruturantes, denominados temas transversais, abordando conteúdos necessários para compreensão da realidade e para a participação social. Por meio da arte-cultura e esporte-lazer, visa a sensibilizar os jovens para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social, bem como possibilitar o acesso aos direitos e a saúde, e ainda, o estímulo a práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo dos jovens no espaço público (BRASIL, 2011b).

O Projovem Adolescente é mais um meio para que os profissionais do CRAS estabeleçam um vínculo com as famílias dos participantes do programa, o que irá promover a observação mais abrangente da realidade desses jovens, bem como a facilitará detecção dos problemas ligados aos objetivos de atuação da Proteção Social Básica, visando o desenvolvimento satisfatório do próprio programa.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

Arrisque-se! Toda vida é um risco.
O homem que vai mais longe
é geralmente aquele que está disposto
a fazer e a ousar.
O barco da segurança nunca
vai muito além da margem.

Dale Carnegie

Nesta parte iremos abordar alguns aspectos relevantes no que se refere à Educação Ambiental, inserida num contexto capitalista. Nesta discussão, destacamos o importante papel de profissionais como o assistente social, ou seja, aqueles profissionais que tem o meio social como principal objeto de análise e intervenção.

Sabe-se que muitos dos problemas que envolvem o meio ambiente são frutos da própria conjuntura neoliberal vigente, a qual promove uma política de extração dos recursos naturais de forma desenfreada, sem o devido respeito e sem promover um desenvolvimento pautado na sustentabilidade. As discussões acerca da temática ambiental ainda são muito incipientes nos dias de hoje, embora estejamos vivendo o fenômeno do aquecimento global. Entretanto, os momentos de discussão que colocam em pauta o efeito destruidor do homem em relação ao meio ambiente vêm avançaram muito, como expressa Gonçalves (2001, p. 1-2),

[...] Entende-se que muitos foram os avanços das discussões em torno das questões ambientais, e que já se alcançou entendimento suficiente para a tomada de decisão em torno de medidas que busquem um modelo de Desenvolvimento Sustentável, que faça frente e oposição ao desenvolvimento do modelo neoliberal, insustentável, que vem contribuindo para a destruição do meio ambiente, para as desigualdades sociais, dependência científica e tecnológica, e enfraquecimento do Estado. O conceito de Desenvolvimento Sustentável implica que o processo de desenvolvimento deve se pautar em três fatores fundamentais: o econômico, o ambiental e o sociocultural [...].

Dessa forma, é notória a importância de espaços de discussão sobre a problemática ambiental, bem como é perceptível que tal questão só passará a ser uma preocupação social se houver uma mudança de ordem cultural no seio da

sociedade, o que se torna possível através da disseminação das ideias de preservação, desenvolvimento sustentável, respeito aos bens naturais, etc. no cotidiano social. Assim, tais debates devem estar intrínsecos a outras temáticas recorrentes no âmbito social, Segundo Gonçalves (2001, p. 2),

[...] A Educação Ambiental não pode ser um elemento isolado, ou objeto de uma política segmentada, ela faz a interface com vários outros aspectos como a educação, a saúde, a moradia, o desenvolvimento econômico, a cultura, o lazer, as etnias, as minorias, e tudo que diz respeito à vida [...].

Logo, perpassando o cotidiano, uma educação de nível ambiental será capaz de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e, principalmente, deveres, no que se refere ao meio ambiente repassando tais conhecimentos a gerações futuras. Isso fica claro nas palavras de Gonçalves (2001, p. 3) quando a mesma afirma:

[...] A visão global das questões que permeiam a Educação Ambiental e que prepara o cidadão para o conhecimento desta temática, é adquirida após percorrer as fases de sensibilização, de mobilização, de informação e de ação. Assim sendo, é condição para o alcance de resultados positivos no processo de implantação da Educação Ambiental, a formação de indivíduos sensibilizados para as questões relativas ao meio ambiente, multiplicadores de informações, de conceitos e de atitudes [...].

A partir desta discussão percebemos que é de suma importância para a própria preservação da vida, que a Educação Ambiental seja uma constante no cotidiano social tendo em vista que é neste espaço que são travados debates pertinentes aos mais diversos assuntos, podendo estes, serem momentos de crescimento intelectual em função de afirmar a extrema necessidade de sermos os autores de mudanças cruciais que podem mudar os rumos da vida no planeta, tanto a nossa, quanto das gerações vindouras.

3.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA E PARA A ATENÇÃO BÁSICA

No ano de 1999, mais especificamente, no dia 27 de abril, foi estabelecida no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental através da Lei nº. 9.795, a qual traz no Artigo 1º do Capítulo I, o conceito de Educação Ambiental, a saber,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Tal fato deu-se por meio da inspiração em debates e conferências ocorridas pelo mundo desde 1977 promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, Geórgia (então parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) mencionada por Velasco (2002, p. 37).

Atualmente, existem várias leis em defesa do meio ambiente, estas, nem sempre são de conhecimento da população, a qual, muitas vezes, acaba sendo negligente quanto aos problemas ambientais justamente por desconhecimento do aparato legal específico. E isso ocorre apesar de no país as discussões acerca da proteção ao meio ambiente datarem de anos anteriores a promulgação da CF/88, como versa o trecho da Legislação Ambiental Brasileira:

No Brasil, as leis voltadas para a conservação ambiental começaram a ser votadas a partir de 1981, com a lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente. Posteriormente, novas leis foram promulgadas, vindo a formar um sistema bastante completo de proteção ambiental. A legislação ambiental brasileira criou direitos e deveres para o cidadão, instrumentos de conservação do meio ambiente, normas de uso dos diversos ecossistemas, normas para disciplinar atividades relacionadas à ecologia e ainda diversos tipos de unidades de conservação (LEGISLAÇÃO..., 2011, p. 1).

A Constituição Federal 1988 dedicou um capítulo inteiro à proteção ao meio ambiente (Capítulo VI - Do Meio Ambiente; Título VIII - Da Ordem Social), possuindo 37 artigos relacionados ao Direito Ambiental e outros cinco referentes ao Direito Urbanístico. A Constituição estabeleceu uma série de obrigações às autoridades públicas, incluindo a preservação e recuperação das espécies e dos ecossistemas; a preservação da variedade e integridade do patrimônio genético, e a supervisão das entidades engajadas em pesquisa e manipulação genética; a educação ambiental em todos os níveis escolares e a orientação pública quanto à necessidade de preservar o meio ambiente; a definição das áreas territoriais a serem especialmente protegidas; e a exigência de estudos de impacto ambiental para a instalação de qualquer atividade que possa causar significativa degradação ao equilíbrio ecológico.

Embora tenha proteção assegurada por lei, o meio ambiente ainda sofre com o desrespeito de grande parte da sociedade, tendo em vista que, a maioria desses problemas ambientais é causada, sobretudo pela ausência da coleta seletiva no cotidiano social; dessa forma os mais diversos materiais são descartados, entre eles alguns muito nocivos à saúde (lixo eletrônico, pilhas, lixo hospitalar, lâmpadas fluorescentes), e outros que são totalmente recicláveis (papel, vidro, plástico, metal, alumínio, etc.), sendo perceptível que a falta de cuidados com o meio ambiente pode refletir diretamente na saúde da população.

Dessa forma é de suma importância que o debate acerca das questões ambientais seja visto como um hábito saudável e contínuo no âmbito social, tendo em vista que a humanidade em si é uma parcela do meio ambiente e não uma esfera à parte, logo, as lutas travadas em prol da causa ambiental devem transcender os movimentos específicos, devendo ser uma bandeira de luta de todos os movimentos sociais, principalmente por ser uma luta em defesa da vida. Isso é muito bem colocado por Bressan (2001, p. 25) ao colocar que:

O campo ambiental é, sobretudo, um espaço de disputa de concepções ou de “verdades” contraditórias, multifacetadas e heterogêneas. Seus enunciados são históricos, produzidos na coerção e efeitos do poder mesmo porque, as verdades não podem ser entendidas fora dos espaços de regulação das forças presentes das realidades específicas onde se inscrevem, pois vinculam-se a determinados projetos societários.

Ou ainda quando afirma que “a configuração dos conflitos sócio-ambientais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais, lança a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania” (BRESSAN, 2001, p. 5).

Dentro dessas discussões e lutas vale destacar que o segmento juvenil tem grande expressividade, visto que este é o momento de curiosidades, descobertas, e que estes possuem uma perspectiva de mudança muito aguçada, por primarem, principalmente, pela diferença, pelo estilo próprio e por desafios. É importante destacar também que os conhecimentos adquiridos no fervor dessa fase, podem fazer a diferença na vida adulta, pois esse nível de curiosidade dos jovens, sendo utilizado como forma de crescimento intelectual, inserindo temas interessantes nas discussões pode ter como consequência a formação de cidadãos preocupados com a preservação e o respeito pela vida e o meio em que vivem.

Nesse sentido, é de extrema importância o desenvolvimento de espaços e momentos de debate acerca de temas que proporcionem reflexões, principalmente, aqueles que tragam à tona o sentimento de pertencimento ao meio social e o respeito a esse meio. Logo, discutir meio ambiente não significa apenas traçar debates sobre preservação, desenvolvimento sustentável, coleta e reciclagem de lixo, mas, sim, uma discussão mais ampla no sentido de respeitar o meio no qual estamos inseridos, incluindo o próprio ser humano, como forma de proporcionar às novas gerações o direito de estar em um espaço onde prevaleça a vida.

Em meio a esse contexto enfatizamos o papel importantíssimo de profissionais que tenham uma aproximação maior com a sociedade, entre eles, o assistente social, tendo em vista que a área ambiental é uma das tantas áreas de atuação desse profissional e pode ser bem trabalhada no serviço de atenção básica oferecido nos CRAS.

A partir disso, pode-se pensar no CRAS como o espaço onde o público usuário dos serviços terá o contato com as informações indispensáveis ao desenvolvimento de ações conscientes direcionadas a preservação do ambiente no qual estamos inseridos. Tal atuação pode ser facilitada justamente pelo fato de este ser um espaço riquíssimo em conhecimentos adquiridos e repassados nas reuniões de grupos, por exemplo. E também por ter um público bastante diversificado, logo,

trabalha com as famílias, com todos os seus componentes e observando todas as realidades inseridas nas áreas de abrangência.

É válido ressaltar que, como o profissional de Serviço Social atua na viabilização do acesso aos direitos sociais, todo o aparato legal voltado ao meio ambiente pode proporcionar momentos de debate extremamente ricos e produtivos, podendo gerar frutos de proporções imensuráveis. Logo, é notável a grande relevância das discussões sobre meio ambiente para a construção da cidadania e da identidade dos atores sociais.

3.2 LIMITES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: AS IMPOSIÇÕES DO CAPITALISMO

No decorrer dos anos as discussões relativas ao meio ambiente e aos impactos das ações do homem na natureza vêm se tornando cada vez mais comuns, visto que aos poucos o mundo vem sentindo o reflexo dessas ações impensadas, a saber, o aquecimento global que ocasiona o derretimento das geleiras nos pólos, as mudanças climáticas que fazem com que o Brasil, por exemplo, tenha ao mesmo tempo, lugares em período de seca onde antes chovia regularmente, enxurradas em áreas litorâneas, avanço das águas do mar em direção às praias e aumento de seus níveis, diminuição da umidade relativa do ar.

Como se sabe no tocante a esses – e outros – problemas ambientais muito se deve ao próprio homem que se utiliza dos bens naturais de forma inconsciente e desrespeitosa, principalmente por se sentir superior à natureza e aos seus elementos. A exploração exacerbada dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente são intensificadas com o modo de produção capitalista que desde o seu surgimento prega o consumismo desenfreado, as facilidades da vida cotidiana.

O que afirma essas facilidades é a perversa “lei do descartável” que provoca o imenso acúmulo de lixo, principalmente nos grandes centros urbanos degradando o solo dos espaços a que é destinado o lixo, poluindo as águas dos rios e mares, entupindo os bueiros, derrubando encostas, etc. Por outro lado, o capitalismo busca tentar amenizar tais impactos por meio de campanhas, propagandas, mas, tudo de forma muito superficial, como afirma Waldman (apud BRESSAN, 2001, p. 30) “O

capitalismo verde passa a ser objetivo de todos aqueles que, embora discordando da depredação, não questionam valores e relações de poder existentes no interior desta sociedade”, acrescentando que:

[...] a “defesa” do meio ambiente reveste-se de conteúdos inodoros e inofensivos, assimiláveis pelos extratos dominantes. A preocupação do capital com as relações Homem-Natureza não passa de intenções residuais, pontuais e paliativas. Sua índole é predatória, o que elimina qualquer possibilidade de pensar a burguesia como aliada na causa ambiental [...] (BRESSAN, 2001, p. 4-5).

Desse modo, o capitalismo acaba por se fortalecer ainda mais, principalmente, por ser movido pela alienação de grande parte dos indivíduos, os quais aumentam ainda mais o lucro do capital através do consumo de produtos de empresas que se intitulam “amigas do meio ambiente”.

Outro fator que aquece ainda mais a economia – mundial e local – são os artigos (produtos) tecnológicos disseminados mundo a fora devido ao processo de globalização que o mundo presencia há décadas, e que com o passar dos anos apenas se intensifica. Tais fatores são muito preocupantes quando pensamos nas suas consequências para o meio ambiente, tendo em vista que com a “lei dos descartáveis”, anteriormente citada, produz em grande escala o chamado “lixo tecnológico” que é muito agressivo ao ambiente como um todo, por conter elementos radioativos altamente perigosos. Nesta perspectiva Librero, Vélez e Sánchez (2011, p. 49) afirmam que

O crescimento tecnológico excessivo criou um ambiente em que a vida se tornou prejudicial para o corpo e para a mente. O ar contaminado, os ruídos desagradáveis, o congestionamento do trânsito, os poluentes químicos, os perigos da radiação e muitas outras fontes de tensão física e psicológica passaram a parte da vida cotidiana da maioria de nós.

Mas, não é só nesse aspecto que a tecnologia é empregada, na verdade, tudo que nos cerca, direta ou indiretamente, tem a intervenção da tecnologia, assim, estamos sendo submetidos aos efeitos (na maioria das vezes, nocivos) da tecnologia a todo o momento desde os produtos eletrônicos, até os alimentos que ingerimos. Isso fica claro nas palavras de Velasco (2002, p. 40),

[...] tanto a vida humana quanto o equilíbrio dos sistemas não-humanos que fazem parte do meio “ambiente” estão ameaçados pelo capitalismo, em especial pelos efeitos destrutivos da ciência e da tecnologia transformada pelo capital na sua principal força produtiva. Assim, preocupa cada vez mais a evidência de que essa ciência e tecnologia produziram alimentação envenenada, conforme se percebe em casos recentes de envenenamento por agrotóxicos ou toxinas, bem como no caso da “vaca louca”, cujos efeitos últimos no ser humano ainda são desconhecidos [...].

No Brasil, onde o consumismo exacerbado predomina, os ditames do capitalismo são aceitos passivamente, os direitos sociais são suprimidos, e, entre os últimos a própria educação, que atualmente sofre um sucateamento inaceitável, pensar em uma educação ambiental – principalmente em âmbito formal – é um tanto precipitado, sobretudo, pelo fato de termos um Estado submisso ao capital, sendo um tanto contraditório permitir que todas as perversidades desse sistema sejam desvendadas com formalização da educação ambiental⁸.

A problemática educacional no país reflete muitos fatores preocupantes: as más condições de trabalho dos professores, os quais se sentem desmotivados; a conseqüente desmotivação dos alunos; a falta de discussões que proporcionem o crescimento intelectual dos alunos; a falta de comprometimentos de todas as áreas envolvidas na educação – principalmente o Estado; – ausência da família no âmbito escolar; e o mais importante, a descaracterização do espaço escolar enquanto lugar de adquirir e transmitir conhecimento.

No tocante à educação ambiental, o mais próximo que se chega, é falar sobre o plantio de árvores, poluição das águas, desmatamento e seleção do lixo; nada muito profundo, por considerarmos o meio ambiente algo distante, isolado que não nos diz respeito, como se a sociedade fosse algo superior. Isso ocorre cotidianamente, dada a visão de que o meio ambiente e tudo que nele está contido deve ser subestimado à nossa “inteligência humana”. Ou como asseguram Librero, Vélez e Sánchez (2011, p. 55)

⁸ Não se pode esquecer que o meio ambiente aparece como tema transversal nos Parâmetros Curriculares da Educação Nacional (BRASIL, 1998).

Se limitarmos os fenômenos mentais aos seres humanos, julgaremos que o ambiente é 'desprovido de mente' e tenderemos a explorá-lo como se ele fosse assim. Nossa atitude será muito diferente quando considerarmos que o ambiente não apenas está vivo, mas também tem uma mente assim como nós.

Logo, é impossível pensar em uma sociedade pautada no desenvolvimento sustentável sem que se faça uma mudança cultural na estrutura dessa sociedade, ou seja, pensar na educação ambiental como algo isolado tende à precipitação. Assim, a vinculação entre uma educação voltada ao meio ambiente e o âmbito social é inevitável, lembrando que a própria humanidade é parcela significativa desse meio. Neste sentido Librero, Vélez e Sánchez (2011, p. 55) garantem que “o entendimento só surgirá quando o sujeito (ser humano) se tornar presente no objeto (biosfera) e o contemplar como unidade indissociável na qual ele mesmo está incluído.” Nesta mesma linha de pensamento Oliveira (apud RUSCHEINSKY; COSTA, 2002, p. 82) acrescenta que

A educação ambiental deve proporcionar ao homem a oportunidade de conhecer-se como cidadão; estimular, propiciando ao outro, a mesma condição; reconhecer no mundo o mundo de todos; caracterizar o tempo e o espaço de todos como sendo os mesmos; admitir que as gerações futuras devem ter a qualidade de vida que merecem. Para isso, é necessário que se julguem os homens iguais, em tempo e lugar, com as mesmas necessidades essenciais e referências que permitam, na consciência e responsabilidade das alternativas das posturas, as relações ambientais que indiquem a atuação de um sujeito realmente ético, no meio em que vive.

Tais palavras demonstram a urgência de se estabelecer este vínculo entre a educação ambiental e o âmbito social, visto que no momento em que o indivíduo assume essa dependência dos outros indivíduos, e destes com o meio no qual estão inseridos, as chances de ocorrer a preocupação e o cuidado com o meio ambiente e seus componentes tendem a aumentar, isso pode acontecer ainda mais rapidamente quando se toma consciência da necessidade que as gerações futuras poderão ter de coisas básicas, simples e indispensáveis à subsistência, como água potável, ar puro, solos cultiváveis e alimentos livres de contaminação. Vale ressaltar que sem pensar na superação da ordem vigente, é quase impossível, que todos esses objetivos sejam alcançados e que o nosso meio ambiente seja “salvo”.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A DISCUSSÃO DO MEIO AMBIENTE

Seja por ter uma aproximação privilegiada com as camadas sociais (em especial as mais desfavorecidas), ou por ter a área de meio ambiente como uma das tantas áreas nas quais o assistente social pode atuar é que este profissional tem um papel fundamental enquanto educador ambiental, tendo em vista o amplo poder de alcance que o trabalho do assistente social pode ter, especialmente, quando este trata de um tema relevante como meio ambiente.

Vale citar que ao exercer suas atividades em áreas que apresentam alto índice de vulnerabilidade social, estes profissionais visualizam ainda mais de perto os fortes impactos ambientais aos quais uma parcela significativa da população está submetida, visto que na maioria dessas áreas a problemática ambiental é uma constante e implica em várias perdas (em todos os aspectos) para esses membros da sociedade.

Alguns fatores justificam a importância dessa atuação voltada ao meio ambiente, entre eles o objetivo próprio do Serviço Social: a aproximação da sociedade com seus direitos. Nessa perspectiva, podemos entender a educação ambiental com uma aproximação aos direitos, diga-se de passagem, assegurados por lei, a saber, o direito à saúde (e isso inclui todos os aspectos a ela relacionados), moradia segura, educação que desenvolva o pensamento crítico, etc. Em outras palavras, toda forma de atuação do assistente social está intimamente ligada à educação ambiental, por este defender os direitos vitais dos cidadãos e o fim das desigualdades sociais.

Outro fator, extremamente, relevante é o conhecimento que esses profissionais detêm acerca do capitalismo e das suas consequências avassaladoras tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente, por embasarem suas análises e reflexões nas inspirações de Marx⁹, o mais importante estudioso da essência do

⁹ Sabe-se que o Serviço Social desde a sua gênese foi demandado pela burguesia para “tratar” a classe proletária, o que ocorria no sentido da tutela e do controle, tal caráter mudou com o decorrer do tempo. O advento da industrialização pesada trouxe à tona a percepção de que o Serviço Social necessitava de mudanças na forma de atender a demanda. Essa concepção se aguçou em meados da década de 50 e início da década de 60, mas foi interrompido pelo momento ditatorial presenciado pelo país na época. A chamada intenção de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo foi possível após esse autoquestionamento pelo qual os assistentes sociais passaram. A aproximação com as obras de Marx foi crucial para tal acontecimento, pois os profissionais sentiram a necessidade

sistema capitalista. Devido a essa visão os assistentes sociais conhecem as causas das problemáticas mais recorrentes, bem como as soluções viáveis utilizando-se do poder de mediação para executar o que é de sua competência.

Desse modo, o profissional de Serviço Social ligado à área ambiental pode exercer seu trabalho de várias formas oferecendo informação e assessoria, orientando quanto aos mais diversos assuntos voltados a essa temática, promovendo a participação cidadã e institucional, dinamizando esses espaços de debate e construção conjunta de conhecimento, sendo dessa forma mais que um educador ambiental, mas, um incentivador para que esses indivíduos consigam ser autores de suas próprias histórias e que tais histórias possam ser perpassadas pelo verdadeiro sentido do direito à vida. Librero, Vélez e Sánchez (2011, p. 57) expressam essa função do Serviço Social numa frase, “nosso papel de educadores ambientais estará condenado ao fracasso se não constituirmos unidades coerentes entre o ser e o fazer.”

Outra forma de favorecer esses momentos de discussão é atuar no âmbito da produção teórica direcionada à área ambiental, tendo em vista a escassez de recursos teóricos de que o Serviço Social dispõe para trabalhar nesse campo. Desse modo, se qualificar, pesquisar, produzir, publicar sobre o assunto é de grande valia para que as ações no âmbito da educação ambiental tenham também a voz do Serviço Social, que com certeza tem muito a tratar sobre esse tema amplo e indispensável a própria manutenção da vida no planeta.

A relação do Serviço Social com a problemática ambiental não se dá por motivos vãos, mas, se explica no fato de tal problemática ser vista como uma das fortes expressões da questão social. Desse modo, esta se enquadra totalmente nos principais objetos de estudo e intervenção dos assistentes sociais.

de sintonizar com uma sociedade perpassada por mudanças e crescimento, e aprimorar o Serviço Social do ponto de vista teórico-metodológico adquirindo uma postura mais crítica e deixando de agir de maneira subalterna, como apóstolos e meros executores de funções determinadas pela burguesia. Após a ditadura, mais especificamente em 1979, com o Congresso da Virada, é que foi dado o primeiro passo para a concretização dessa mudança estrutural da profissão, o que ocorreu no Brasil em meados da década de 80, tendo em vista que esta trouxe ao cenário nacional a afirmação de um sistema de concessão de direitos respaldados no caráter democrático. Isso fez com que o Serviço Social adotasse as obras de Marx e de seus intérpretes como aparato crítico norteador do ensino e consequentemente da prática profissional.

Outro fator que afirma esta aproximação é que a grande maioria das diversas formas de agressão ao meio ambiente está intimamente ligada à exploração dos recursos naturais por parte do sistema capitalista¹⁰. Assim, percebemos que ao visualizar os problemas enfrentados pelo meio ambiente como expressões da questão social, o modo mais indicado para a superação total dessa problemática é a própria superação do sistema e da sua lógica perversa e exploratória.

¹⁰ Analisado na sua essência pelo teórico alemão Karl Marx, em seu livro *O Capital: Crítica da economia política*, que teve o seu primeiro volume publicado em 1867.

4 UMA INTERVENÇÃO JUNTO AO PROJovem ADOLESCENTE DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CATINGUEIRA EM CAMPINA GRANDE/PB

Ninguém é tão sábio que nada tenha para aprender, nem tão tolo que nada tenha pra ensinar.

Blaise Pascal

Esta parte demonstrará o que foi realizado no decorrer das oficinas realizadas com os jovens do Projovem Adolescente no CRAS – Catingueira, contemplando todos os aspectos: o espaço físico, na caracterização; o perfil do público-alvo; o resultado e a análise dessas atividades.

Sabe-se que o tema meio ambiente é atual, mas, não por mero modismo. A atualidade do tema se confirma pelo fato de que discutir tal assunto a cada dia se torna uma questão de sobrevivência, tendo em vista que o descuido com os recursos naturais está desencadeando em problemas que afetam diretamente a saúde não só dos seres humanos, mas, de todos os seres vivos do planeta.

Pensando no importante papel do jovem para a sociedade, por fazerem parte de uma faixa etária que traz à tona inúmeras descobertas, é relevante uma atenção especial aos conteúdos tratados com esse público, pois, é a fase da construção das convicções, opiniões e personalidade do indivíduo. Nesse contexto, é urgente que sejam inseridas discussões de conteúdo informativo e que possam contribuir para a formação intelectual do jovem.

O tema meio ambiente é um dos temas que devem ser muito bem trabalhados nesta fase da vida, repassando o valor da consciência e do respeito com os quais nosso meio deve ser tratado, conseqüentemente isso influenciará no desenvolvimento de uma forma de agir de modo que não fira, não prejudique ou não ofenda àqueles que fazem parte do cotidiano desse jovem, diminuindo as formas de preconceito e discriminação.

Olhando por este ângulo, percebemos que as discussões sobre meio ambiente poderão formar cidadãos conscientes se, e somente se, ocorrer um debate no qual fique claro que o ser humano faz parte do meio ambiente, não sendo superior a ele. Apenas desse modo serão formados, realmente, jovens com uma consciência cidadã.

4.1 O BAIRRO DA CATINGUEIRA E O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O bairro da Catingueira localiza-se na zona sudoeste da cidade de Campina Grande/PB, possuindo uma área de 65.240m² com uma população de aproximadamente 8.638 habitantes. A história dessa comunidade inicia-se por volta de 1964, quando a Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB realiza doações de terrenos para as famílias, terrenos estes pertencentes à fazenda Acácio Figueiredo. Inicialmente a localidade recebeu o nome Vila de Nova Floresta, posteriormente, na década de 80, devido à vegetação existente na área passou a ser conhecido por Catingueira. Porém, em 1990, por meio de um decreto municipal, passou a denominar-se Acácio Figueiredo. Apesar deste ser o nome oficial do bairro, popularmente ele ficou conhecido por Catingueira.

Os primeiros habitantes desta comunidade eram, em sua maioria, imigrantes da região do Cariri e do Sertão paraibano, que migraram por causa dos problemas advindos das prolongadas estiagens, e de pessoas da própria cidade que se encontravam desabrigadas.

O bairro é composto, em sua grande maioria, por pessoas com baixo poder aquisitivo, semi-analfabetas (alta evasão escolar entre jovens e crianças) o que acarreta baixa qualificação profissional. Dessa forma, há o predomínio de uma população com baixo padrão de vida e condições precárias de subsistência, posto que a maioria dos moradores se encontram desempregados ou subempregados, dependendo financeiramente de familiares ou do auxílio das políticas públicas, principalmente, do Programa Bolsa Família, para sua sobrevivência.

No que se refere à infra-estrutura do bairro existe água encanada, energia elétrica, saneamento básico, pavimentação de algumas ruas etc., embora essas características não abranjam todas as residências e ruas. Neste sentido percebe-se que as condições do bairro não se diferem das encontradas nas periferias das grandes e médias cidades, onde pode ser encontrados lixos e esgotos a céu aberto, por exemplo.

A respeito dos equipamentos sociais, a Catingueira possui: duas escolas públicas (uma municipal e uma estadual) e quatro escolas particulares, uma creche, posto da polícia militar, igrejas católica e evangélica, uma Sociedade Amigos do

Bairro (SAB), Pastoral da Criança, um Pólo de Marceneiros, um Clube de Mães, vários tipos de comércio, duas equipes do Programa Saúde da Família, um Centro de Referência de Assistência Social, linha de transporte coletivo, etc.

Diante das precárias condições de vida de grande parte da população desta área, tornou-se necessário a instalação do CRAS, mais conhecido como Casa da Família, o que veio a ocorrer no dia 29 de junho de 2004. É relevante destacar que a nível municipal, Campina Grande/PB conta com sete Centros de Referência, dispersos nos Bairros: Nova Brasília, Jeremias, Ramadinha, Catolé, Catingueira São José da Mata e Malvinas.

Atualmente a Casa da Família da Catingueira está funcionando na Rua Sabará, número 100, Bairro das Cidades. É uma residência alugada pela prefeitura. Com relação à estrutura física são visíveis algumas rachaduras o que está comprometendo a segurança dos profissionais e dos usuários, por isso em breve haverá o deslocamento para outra localidade. A casa é composta por 01 sala de recepção e espera, 01 sala para o atendimento do Serviço Social, 01 para o atendimento de psicologia, 01 sala onde funciona o Projovem, 01 sala para reuniões e encontros com os grupos que também é a cozinha, 01 banheiro, 01 área de serviço e 01 sala servindo como despensa.

A estrutura organizacional do CRAS – Catingueira é composta por uma equipe multifuncional, constituída por 04 Assistentes Sociais - sendo uma delas a Coordenadora, 02 Psicólogas, 03 vigilantes, 02 auxiliares de Serviços Gerais, a contribuição de 05 estagiárias do curso de Serviço Social e eventuais colaboradores do próprio bairro. O referido CRAS tem por área de abrangência os bairros: da Catingueira, Catolé de Zé Ferreira, das Cidades, Cruzeiro, Novo Cruzeiro, Presidente Médici, Três Irmãs, Velame (Jardim Borborema, Jardim Vitória e Ressurreição).

O Serviço Social está presente nessa instituição desde a sua gênese, em 2004, e tem por principal objetivo a Política de Assistência, realizando um trabalho sócio-educativo com as famílias em situação de risco, contribuindo para que estas pessoas tenham acesso aos bens e serviços disponibilizados no município, seguindo o que está contido na Lei Orgânica da Assistência Social regulamentada pela lei nº. 8.742/93.

A Casa da Família é uma unidade pública estatal (não-contributiva) localizada em áreas de vulnerabilidade social, sendo a principal responsável pela oferta de serviços continuados. Atua visando à orientação e o convívio familiar e coletivo, assim ela torna-se a responsável pela operacionalização do Programa Integral à Família. Este foi implantado em 2004, resultado de uma decisão conjunta entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Neste sentido, o CRAS é a estrutura física, na qual são executadas as ações do serviço PAIF, haja vista que este é o principal serviço de Proteção Social Básica do SUAS que desenvolve serviços continuados básicos as famílias em situação de risco. Dessa forma, este, “prega” o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a proteção social básica dos indivíduos. Assim compreende-se que o Serviço Social é de suma importância nessa instituição pelo fato de realizar um trabalho sócio-educativo e de potencialização com as famílias em situação de vulnerabilidade.

Com relação aos instrumentos e técnicas mais desenvolvidos pelos Assistentes Sociais, para o atendimento social, destacam-se: acolhimento, orientação, visita domiciliar, encaminhamentos para a rede, escuta qualificada, entrevistas, fichas de cadastros e encaminhamentos, ficha de relatório de visita domiciliar, ficha de análise situacional e habitacional, fichas de encaminhamento e verificação de benefícios e o controle de visitas, reuniões sócio-educativas, oficinas reflexivas, cursos, ações de combate ao preconceito e a discriminação de forma geral (campanhas e mobilizações) etc.

Os profissionais de Serviço Social do CRAS – Catingueira realizam um trabalho articulado com os demais equipamentos sociais de sua área de abrangência, tais como: Pastoral da Criança, escolas, Clubes de Mães, SAB, dentre outros; além de realizarem um trabalho de articulação com outras instituições que fazem parte da rede socioassistencial, como o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), instituição referente à média complexidade, cujo serviço principal é o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) direcionado à violação de direitos, como o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, por exemplo.

As demandas variam de acordo com as necessidades da comunidade e também dos programas oferecidos na época, mas as principais procuras são por cestas básicas, Programa Bolsa Família, ajuda de custo, Benefício de Prestação Continuada, programa aluguel, solicitação de documentação etc. Infelizmente, nem todas as pessoas que estão em situação de risco têm acesso a esses programas, a inclusão neles ocorre de acordo com o grau de vulnerabilidade, visto que é necessário um rigoroso processo seletivo. Isto aparece como um grande desafio para os Assistentes Sociais que diante de tanta fome e descaso com os Direitos Humanos tem que selecionar dentre os mais pobres, os mais miseráveis.

4.2 PERFIL DOS ADOLESCENTES

Como já foi dito, a participação no Projovem segue alguns critérios, porém, na prática ocorrem certas variações nos grupos participantes de acordo com o contexto no qual estão inseridos. Aqui serão abordadas as peculiaridades, especificamente, do coletivo da tarde do Projovem Adolescente situado no CRAS – Catingueira em Campina Grande/PB no período de realização das oficinas, para tanto foi aplicado um questionário com o objetivo de obter algumas informações referentes a esses jovens – Apêndice A – e algumas destas foram analisadas.

De início ressaltamos que o número de participantes foi 17, sendo 8 (47%) do sexo masculino e 9 (53%) do sexo feminino, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Sexo

Sexo	Quantidade	Percentual
Feminino	9	53%
Masculino	8	47%
TOTAL	17	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

A segunda tabela trata da quantidade de usuários do Programa Bolsa Família no grupo. De acordo com o relato dos próprios jovens, apenas 3 não se encontram inscritos neste Programa do Governo Federal, enquanto que os outros 14 estão devidamente inseridos.

Tabela 2 - Quantidade de jovens usuários do Programa Bolsa Família

Situação	Quantidade	Percentual
Usuários	14	82%
Não são Usuários	3	18%
TOTAL	17	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

Tomando esse caso como exemplo, podemos perceber o grande destaque dos programas de transferência de renda na vida de inúmeras famílias brasileiras na atualidade, o que demonstra o caráter imediatista da política que vem sendo utilizada pelos governos. Isso evidencia a fragilidade dos projetos de incentivo à qualificação para o trabalho no país.

Aos jovens usuários do Programa foi perguntado se o Bolsa Família representava a única renda de suas famílias. Todos afirmaram que não, logo, esse dinheiro serve como complemento dos salários dos pais ou responsáveis com os quais residem. Como exposto na tabela a seguir:

Tabela 3 - Quantidade de jovens que afirmaram ter o PBF como única renda

Respostas	Quantidade	Percentual
Sim	0	0
Não	14	100%
TOTAL	14	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

De acordo com a tabela acima é visível que apesar de o PBF ser a alternativa mais oferecida pelo governo como forma de mudança de condição de vida, os próprios usuários buscam nas mais diversas atividades ter um aumento da renda familiar, na maioria dos casos no trabalho informal.

A tabela 4 demonstra a quantidade de jovens que são inscritos no Projovem e os que são apenas ouvintes:

Tabela 4 - Inscritos no Programa

Situação	Quantidade	Percentual
Inscritos	14	82%
Ouvintes	3	18%
TOTAL	17	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

A partir da análise deste aspecto do grupo, podemos perceber que é recorrente a existência de ouvintes nas turmas formadas, seja por ainda não ter idade e buscar esta inserção até conseguir atender a tal critério para poder assim se inscrever, ou sendo um aluno que permaneceu frequentando as reuniões do Projovem embora já tenha passado da idade estipulada nos critérios básicos do Programa.

Em síntese, os integrantes desse grupo, apesar de estarem inseridos em uma área que apresenta vulnerabilidade social, estes se encontram devidamente matriculados no ensino formal; são usuários do PBF, mas também contam com salários de seus pais ou responsáveis, bem como diversas formas de obtenção de renda. Logo, estes, frustram a visão (do senso comum) de que estas áreas periféricas vivenciam estado de plena miséria. Pelo contrário, eles buscam construir um futuro próspero, são repletos de objetivos e força de vontade.

Seria hipocrisia afirmar que nestas áreas tudo ocorre de acordo com o esperado, porém, podemos destacar o esforço de muitos, que buscam aproveitar o pouco que lhes é oferecido para embasar seus sonhos de mudança e superação da condição, atualmente, vivenciada.

4.3 RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO JUNTO AO PROJOVEM ADOLESCENTE

No intuito de retratar a experiência vivenciada no estágio supervisionado no CRAS – Catingueira foi feito, neste trabalho, uma abordagem a partir da revisão de literatura sobre a assistência social e o meio ambiente. Essa etapa nos permitiu à utilização de material previamente elaborado (livros, periódicos, artigos, *websites*,

etc.), bem como os trabalhos monográficos, que serviram de suporte para a formulação do presente trabalho.

Ainda, fizemos uso de levantamento documental, através da utilização de documentos e leis, os quais podem ser impressos e/ou extraídos de sites, sendo os mais comuns os documentos institucionais, pessoais, estatísticos, jurídicos, fotos, entre outros. Nesse aspecto, fizemos uso, especialmente, de documentos institucionais e de leis.

Além disso, foi predominante neste trabalho a descrição, que nos ajudou a descrever ou caracterizar determinada população ou fenômeno, destacando os aspectos relevantes para a concretização de tal estudo analítico.

A partir da vivência no CRAS, por meio do estágio, bem como, da relação estabelecida com os participantes do Projovem Adolescente (matriculados no turno da tarde), surgiu a ideia de levar a discussão sobre o tema meio ambiente aos encontros desse grupo, tendo em vista a importância da temática nos dias atuais, principalmente, pelo fato de vivenciarmos cotidianamente os impactos da problemática ambiental, o que não é diferente no bairro da Catingueira, logo, da realidade desses jovens.

Todo o trabalho teve sua realização pensada através seis oficinas reflexivas e práticas, as quais foram realizadas entre os meses de março a junho de 2011, com uma média de 15 adolescentes participantes por oficina, as quais foram desenvolvidas com o apoio das demais estagiárias que deram uma contribuição significativa no desenvolvimento das atividades.

A primeira oficina ocorreu no dia 24 de março e teve como objetivos estabelecer o primeiro contato com os adolescentes, introduzir o tema no grupo e ao mesmo tempo captar ao máximo qual a noção de meio ambiente que esses jovens tinham antes de iniciar o trabalho propriamente dito. Inicialmente, foi feita uma dinâmica de apresentação: a “dinâmica do novelo”, que consiste em um lançar um novelo de linha para o outro aleatoriamente, aquele que o recebe deve dizer o seu nome, o que gosta de fazer, se trabalha, estuda, etc., este enrola a linha no dedo e repassa o novelo, finalmente tem-se formado uma teia. Além de proporcionar a apresentação de forma divertida, foi lançada a proposta de realmente formamos uma teia forte baseada na troca de conhecimentos construídos conjuntamente durante as reuniões posteriores.

Após a dinâmica foram formados cinco grupos; cada um sorteou uma pergunta (do total de 5) – como consta no Apêndice B – para ser respondida e depois socializada e debatida com os outros grupos. Tais perguntas eram voltadas às questões ambientais tratando de temas como preservação, degradação ambiental, responsabilidade e recuperação do meio ambiente. Foi perceptível a timidez dos jovens no momento da socialização das respostas, embora tenha sido evidente a participação e atenção destes. Contudo, no momento da avaliação do encontro todos expressaram ter gostado, isso foi demonstrado através do desenho de “carinhas”, como forma de agilizar e dinamizar a avaliação.

Na segunda oficina, realizada em 18 de abril, foi exibido o documentário “Ilha das Flores” que retrata a situação em que se encontram muitas atualmente: a realidade de um lixão no interior de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O filme traz também uma discussão relevante acerca do papel do capitalismo nesse processo de degradação ambiental. Após a exibição do documentário foi aberto um debate muito interessante tendo em vista que antigamente, o espaço onde hoje é o Bairro das Cidades (território de abrangência do CRAS – Catingueira e onde se localizam as residências de alguns dos jovens), era o antigo lixão de Campina Grande/PB e até hoje existem muitas famílias no bairro que sobrevivem da catação de resíduos sólidos.

Em seguida foi feita uma dinâmica chamada de “Complete a frase...”. Antes de qualquer coisa, foi formado um círculo, as frases a serem completadas foram colocadas dentro de uma caixa que era passada de mão em mão ao som de uma música, ao parar a música quem estava com a caixa nas mãos deveria tirar uma frase e completá-la, isso até que todas as frases tenham sido completadas – Apêndice C. Finalmente, debatemos acerca das questões abordadas nas frases e o encontro foi avaliado oralmente, tendo um resultado satisfatório.

Na terceira oficina, no dia 02 de maio, cotamos com a presença do representante de uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande/PB, a CATAMAIS. A oficina foi dividida em duas partes: teórica e prática. Na primeira, foi feita uma explanação sobre as concepções de lixo e resíduo contemplando suas particularidades, bem como os impactos ambientais ocasionados pelo descarte inadequado destes.

Durante a apresentação dos assuntos escolhidos, o convidado foi relatando algumas experiências, enquanto integrante da cooperativa, onde desempenha o papel de secretário e artesão. A parte prática compreendeu a confecção de objetos simples e úteis a partir de garrafas PET, deixando a mensagem do reaproveitamento de resíduos sólidos como forma de impedir que estes sejam descartados no meio ambiente. É válido ressaltar que este foi o encontro que mais atraiu a atenção do grupo e todos demonstraram interesse, questionaram o convidado e no momento da avaliação se mostraram satisfeitos com o desenvolvimento dos trabalhos.

Na quarta oficina, realizada no dia 16 de maio, foram tratados dois assuntos específicos dentro do tema meio ambiente: recursos hídricos e arborização. Inicialmente foi feita uma dinâmica chamada “com qual elemento natural me identifico?”. Alguns elementos foram dispostos sobre a mesa, a saber, água, terra, galhos, folhas, flor e fruta. Ao longo da dinâmica foi perguntado a cada um dos jovens com qual dos elementos expostos na mesa estes se identificavam e o porquê. Isso despertou a criatividade e tornou o momento muito rico, pois o grupo expressou os sentimentos mais diversos.

Posteriormente, discutimos acerca dos temas supracitados, bem como foi lançada a proposta de elaboração de panfletos por parte dos jovens, os quais teriam um conteúdo voltado às discussões estabelecidas nas oficinas e distribuído para o público escolhido por eles. A ideia foi aceita e o público escolhido para receber os panfletos era formado por alunos e professores da Escola Estadual Major Veneziano, localizado no Bairro da Catingueira e onde muitos deles estudam.

A penúltima oficina, realizada em 30 de maio, foi totalmente prática, voltada para a confecção dos panfletos. O grupo desenvolveu dois modelos que foram levados a SEMAS para digitação, edição e reprodução. O conteúdo do trabalho contemplou de forma simples e coerente algumas questões abordadas nas oficinas, bem como, conceitos próprios dos jovens expressos por palavras e figuras.

A sexta e última oficina, realizada no dia 06 de junho, teve como objetivo principal a entrega dos panfletos e, simultaneamente, a descrição do que estava sendo distribuído, ou seja, do que se tratava, quem produziu e com qual finalidade. Finalmente, retornamos ao CRAS para realizar uma avaliação geral, que se deu de forma verbalizada, para que todos pudessem falar sua opinião acerca das oficinas como um todo. Tal avaliação foi positiva e a grande maioria lamentou que a

quantidade de panfletos tenha sido pequena, mas se sentiram orgulhosos ao verem o produto do seu trabalho.

Desse modo estes perceberam a importância do termo protagonista em suas vidas, pois foi assim que se sentiram ao executar o simples gesto de distribuição dos panfletos por eles produzidos. Esta foi apenas uma das tantas atividades que os integrantes do Projovem Adolescente executaram enquanto protagonistas sociais na comunidade, tendo em vista o forte estímulo dado neste sentido pelos profissionais do CRAS, bem como pela própria orientadora social que acompanha os jovens mais de perto. Assim, é possível ver estes jovens inseridos nos mais diversos tipos de trabalhos realizados no bairro tanto pelo poder público quanto pelos próprios habitantes da comunidade.

É muito importante frisar que durante todas as oficinas foi proposto incansável e insistentemente que todas as ideias, o conhecimento e conceitos construídos e debatidos fossem disseminados cotidianamente por estes jovens, passando a visão de que devemos ser multiplicadores das discussões que tratam das questões ambientais, tendo em vista a gravidade do problema enfrentado desde muitos anos até a atualidade. Isso foi materializado com a entrega dos panfletos por parte do grupo do Projovem Adolescente do turno da tarde, que mesmo com a timidez conseguiram apreender a mensagem repassada durante os encontros.

No geral pode-se dizer que as oficinas foram muito produtivas, tendo em vista o interesse dos jovens, os quais demonstraram muita atenção e disponibilidade no momento das oficinas, direcionando questionamentos aos convidados na busca do esclarecimento das dúvidas sobre o tema exposto. Isso, apesar dos problemas físicos enfrentados pelo CRAS que muitas vezes inviabilizam o desenvolvimento de alguns trabalhos, exigindo maior empenho e criatividade daqueles que se dispõem a realizar alguma atividade neste espaço.

Vale salientar que este problema não ocorre unicamente no âmbito desta unidade do CRAS, mas, tal deficiência é própria do sistema de atenção social, que muitas vezes inviabiliza projetos de melhoria no atendimento aos usuários. Por estar inserido neste sistema, o Projovem também reflete os traços dessa precariedade. Tal fato traz à tona as contradições tanto dos projetos e programas governamentais, quanto do próprio sistema que mascara as imperfeições da sociedade através destes, criando uma ilusão de cuidado e atenção aos problemas sociais.

Neste caso, os usuários destes programas passam a ser reféns de um sistema que pauta as ações voltadas à sociedade em medidas pontuais, imediatistas e precarizadas. Logo, a preocupação prioritária é pelo aumento do público consumidor com o objetivo de movimentar a economia e não a ascensão social do indivíduo – e tão pouco seu crescimento intelectual. Isso se explica no sucesso dos tão citados programas de transferência de renda, que têm o objetivo de impulsionar o mercado.

Embora o trabalho com os jovens ocorra nestas condições, é perceptível o esforço tanto deles quanto da equipe responsável pelas atividades para que tudo se desenvolva dentro do esperado.

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A afirmação da assistência social enquanto política através de todo o marco legal pré e pós CF/ 88, teve como consequência uma maior expansão dos campos de atuação dos profissionais de Serviço Social, isso inclui a área de meio ambiente que além de ser um campo de destaque para qualquer profissional atualmente, se coloca como promissora para os assistentes sociais, tendo em vista que estes têm um contato privilegiado com as camadas mais desfavorecidas da sociedade, as quais suportam os mais severos reflexos dos impactos ambientais diretos que prejudicam a saúde da população em curto prazo. Essa aproximação pode facilitar o repasse de informações voltadas à conservação ambiental através das mais diversas formas de atividades e atingindo os mais variados públicos.

A partir disso é perceptível a grande relevância da área de meio ambiente na formação do assistente social na atualidade, tendo em vista que apesar de ser uma das expressões da questão social, a problemática ambiental é muitas vezes causa ou consequência de tantas outras expressões da questão social. Logo, dominando esta área o profissional de Serviço Social aguça ainda mais sua percepção crítica do meio social como um todo, apreendendo mais experiência para traçar suas estratégias interventivas e de mediação com mais veemência.

Quando o assistente social se utiliza da sua prática profissional no repasse do conhecimento adquirido na área ambiental, este se coloca como parcela importantíssima para a própria manutenção da vida e ao alertar os usuários do quão relevante é também o seu papel nesse processo, faz com que a capacidade de análise destes indivíduos desperte para a necessidade vital que se enfrenta no trato a problemática ambiental.

Isso faz jus à proposta de ser o agente de mudança e não só o apóstolo ou executor de funções como era comum em épocas de conservadorismo profissional, ou seja, o assistente social, assim colabora para a construção de uma consciência crítica e menos alienada, fazendo com que o sujeito social tenha a possibilidade de ser o protagonista, o autor de sua própria história.

Essa foi a intenção ao pensar e executar o projeto interventivo junto aos jovens do Projovem Adolescente, mas, é extremamente necessário que esta semente seja regada e não esquecida por parte daqueles que darão continuidade aos trabalhos com estes jovens para que haja o aumento da probabilidade de uma mudança real nas atitudes e conseqüentemente no cotidiano social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Crise, reação burguesa e barbárie: a política social no neoliberalismo. In: _____ **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. In: _____ **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social: legislação suplementar**. 6. ed. Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Projovem Adolescente**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>> Acesso em: 20 out. 2011b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004): Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011a.

BRESSAN, Claudete Marlene Fries. Serviço social e meio ambiente: um diálogo em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, Jane. Educação ambiental: uma proposta de participação comunitária junto aos programas de desenvolvimento urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001.

LEGISLAÇÃO ambiental brasileira. Disponível em:
<www.vestibular1.com.br/revisao/legislacao_ambiental_brasileira.doc> Acesso em:
20 out. 2011.

LIBRERO, María Josefa Vázquez; VÉLEZ, Mercedes Gózaes; SÁNCHEZ, Cinta Martos. Reflexões sobre o papel dos assistentes sociais como educadores ambientais. In: GÓMEZ, José Andrés Dominguez; AGUADO, Octávio Vázquez; PÉREZ, Alejandro Gaona (Orgs.). **Serviço social e meio ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORGADO, Rosana. Contexto e desafios à implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. In: SOUZA, Nádia Regina Oliveira Queiroz de. **Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Public, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Assistência social no Brasil contemporâneo: dilemas e perspectivas de uma política social relutante. In: _____. **Assistência social na perspectiva dos direitos: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Controle Social: a participação na perspectiva da democratização do poder social. In: SOUZA, Nádia Regina Oliveira Queiroz de. **Política de assistência social no Brasil: desafios para o assistente social**. Rio de Janeiro: Public, 2007.

VELASCO, Sirio Lopez. Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO

☉ NOME

☉ IDADE

☉ SÉRIE

☉ TRABALHA?

☉ TEM BOLSA FAMÍLIA?

☉ O BOLSA FAMÍLIA É A ÚNICA RENDA DA FAMÍLIA?

☉ QUAL É A RENDA DA FAMÍLIA?

☉ MORA COM

☉ É INSCRITO NO PROJOVEM OU É OUVINTE?

APÊNDICE B

QUESTÕES DO TRABALHO EM GRUPO DA PRIMEIRA OFICINA

- O que é meio ambiente?

- Quais as principais formas de degradação do meio ambiente?

- Por que é importante a preservação do meio ambiente?

- Você enquanto cidadão está contribuindo para a conservação ou para a degradação do meio ambiente?

- Quais são as atitudes que podem ser tomadas para recuperar o meio ambiente?

APÊNDICE C

FRASES DA DINÂMICA DA SEGUNDA OFICINA

- Para mim o meio ambiente é...
- Quando penso no futuro do meio ambiente, eu vejo...
- Sobre as catástrofes ambientais, eu penso que...
- O que mais me entristece com relação ao meio ambiente é...
- Eu me sinto integrado à natureza quando...
- A vida é um bem precioso que deve ser...
- Para mim reciclagem é...
- Eu colaboro com a natureza quando...
- Adoro...
- Detesto...
- Quando entro num ambiente sujo, com muito lixo no chão, eu penso que...
- Ser ambientalmente responsável é...
- Acredito...
- Quando alguém desperdiça água eu...
- Para mim o maior problema ambiental é...
- Conscientização ambiental é...
- Quando falam em poluição, eu...
- O desmatamento é triste por que...